

Impresso
Especial

9912175140/2007-DR/PR
IPARDES

...CORREIOS...



GOVERNO DO
PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO
DO PLANEJAMENTO E
COORDENAÇÃO GERAL

ISSN 0102-0374

Análise Conjuntural

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.32, n.3-4, março/abril 2010

sumário

- 3 A ELEVAÇÃO DOS JUROS E O ESPÍRITO DOS AGENTES ECONÔMICOS
Gilmar Mendes Lourenço
- 6 O BRASIL E O EQUILÍBRIO GLOBAL NO PÓS-CRISE
Julio Takeshi Suzuki Júnior
- 9 AVANÇOS INSTITUCIONAIS NO COMÉRCIO EXTERIOR
Guilherme Amorim
- 11 VINTE ANOS DE PLANO COLLOR: CARACTERÍSTICAS E LIÇÕES
Gilmar Mendes Lourenço
- 17 A RECUPERAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA PARANAENSE
Julio Takeshi Suzuki Júnior
- 19 PARANÁ – DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim
- 22 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 1 - CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba-PR - Tel.: (41) 3351-6335 - Fax: (41) 3351-6347

Internet: <http://www.ipardes.gov.br> E-mail: ipardes@ipardes.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ORLANDO PESSUTI - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

ALLAN JONES DA SILVA - Secretário

IPARDES

MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN

Diretora-Presidente

NEI CELSO FATUCH

Diretor Administrativo-Financeiro

GRACIA MARIA VIECELLI BESEN

Diretora do Centro de Pesquisa

DEBORAH RIBEIRO CARVALHO

Diretora do Centro Estadual de Estatística

THAÍS KORNIN

Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento

ANÁLISE CONJUNTURAL

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR (*Editor*)

Equipe

GILMAR MENDES LOURENÇO (*Economista*)

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

EDITORAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

LÉIA RACHEL CASTELLAR (*editoração eletrônica*)

CLAUDIA F. B. ORTIZ (*revisão de texto*)

DORA SÍLVIA HACKENBERG (*normalização bibliográfica*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

A ELEVAÇÃO DOS JUROS E O ESPÍRITO DOS AGENTES ECONÔMICOS

Gilmar Mendes Lourenço*

Uma breve observação das dinâmicas econômicas das nações avançadas e emergentes, especialmente das integrantes da sigla BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), permite constatar que o potencial de expansão de longo prazo do Brasil, reavivado desde o final de 2005, pela conjugação entre impulsos externos e fortalecimento da demanda doméstica, foi novamente sacrificado com a eclosão da crise financeira internacional, em setembro de 2008.

Mais precisamente, a manutenção de taxas reais de juros, bastante acima da curva internacional e do custo de oportunidade para a tomada de decisões de ativação de projetos de investimentos, públicos e privados, em ampliação da capacidade, constitui o principal óbice ao desvio de recursos da órbita financeira para a produtiva no país.

Nessa perspectiva, a vigorosa recuperação dos níveis de atividade, verificada desde o segundo semestre de 2009, pode ser abortada pelo regresso das rodadas de ajustes para cima dos juros básicos nos próximos meses, atestado pela decisão de elevação da taxa Selic de 8,75% para 9,5% a.a., pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), na reunião de 28 de abril de 2010. Aliás, essa opção já era esperada, pelos meios especializados, para o encontro realizado por aquele fórum, no dia 17 de março de 2010, tendo sido retardada em função do aguardo dos impactos do fim dos incentivos fiscais para a compra de bens duráveis e da recente subida dos depósitos compulsórios.

Ressalte-se que a visível melhora da produção e dos negócios ocorreu em resposta às desonerações fiscais (corte do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI) e monetárias (ampliação dos prazos de financiamento) ao consumo de bens duráveis (automóveis e eletrodomésticos de linha branca) e materiais de construção, acompanhada da preservação da política de restauração do poder de compra do salário mínimo e dos programas oficiais de transferência de renda.

De acordo com o BC, o estoque de crédito passou de 28,1% do PIB em 2005 para 45,0% em 2009, tendo a disponibilidade de somas para consumo chegado a 15,0% do PIB no Brasil. No mesmo lapso de tempo, o número de devedores de cifras superiores a R\$ 5,0 mil subiu de 10,0 para 23,0 milhões.

Por trás da postura conservadora do BC, aparece o objetivo de eliminação das distorções macroeconômicas, traduzidas pela subida da inflação e pelos desequilíbrios em transações correntes (representativos da poupança externa dirigida prioritariamente ao consumo), maximizados por projeções, nada imparciais, preparadas por instituições financeiras.

Não por acidente, enquanto o PIB total decresceu -0,2% em 2009, o das entidades financeiras e seguradoras cresceu 6,5%, segundo o IBGE. Aliás, a leitura positiva do desempenho do PIB só pode ser factível quando confrontada com aqueles países mais atingidos pela crise, o que não é o caso da China e Índia, por exemplo. A reativação consistente do eixo Estados Unidos (EUA) e Europa, e seus desdobramentos nas exportações das cadeias de manufaturados e/ou no estado da arte tecnológica dos emergentes, esbarra no endividamento dos consumidores e governos daqueles mercados.

Levantamento da Consultoria Economatica constatou que os bancos brasileiros foram os que exibiram maior rentabilidade (lucro/patrimônio) em 2009, quando comparados com as demais instituições da América Latina e dos EUA. Em um *ranking* constituído por 20 entidades, o Banco do Brasil, o Itaú/Unibanco e o Bradesco, ocuparam os três primeiros postos, com rentabilidade de 34,7%, 24,2% e 23,9%, respectivamente.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE - Centro Universitário.

Ademais, o país registrou déficit em transações correntes de -US\$ 12,1 bilhões no primeiro trimestre de 2010, contra -US\$ 4,9 bilhões no mesmo período de 2009, o pior resultado desde 1947, fortemente afetado pelo desequilíbrio na conta de rendas e serviços (-US\$ 13,8 bilhões *versus* -US\$ 8,8 bilhões nos primeiros três meses de 2009), concentrada em lucros, dividendos e juros, e repetindo o padrão prevalecente desde a segunda metade dos anos de 1990, desfocado de movimentos de ampliação e modernização da capacidade produtiva de empresas nacionais. Já, a propensão de alteração de sinal na conta de comércio em favor das importações atesta a maior presença da oferta ante a demanda.

Mais especificamente, os meios especializados preveem variação dos preços no varejo e do Produto Interno Bruto (PIB) de 6,0% e 7,0%, respectivamente, para todo o exercício de 2010, enquanto o Fundo Monetário Internacional (FMI), em recente relatório que revisou o desempenho da economia mundial para 2010 e 2011, prospectou incremento de 6,2% da inflação e de 5,5% do nível do produto brasileiro para o corrente ano.

A diminuição da demanda agregada pela via monetária é discutível e inócua, por desconsiderar a acomodação do mercado de moeda no Brasil.

Porém, a tentativa de compressão da demanda agregada pela via monetária parece discutível e inócua, ao desconsiderar: o quadro de relativa acomodação do mercado de moeda no Brasil, caracterizado pela multiplicação dos recolhimentos compulsórios pelo BC e pela estabilidade da espiral salários-preços; o acentuado descompasso prevalecente entre dois elementos-chave para o alinhamento da estrutura de preços relativos do sistema ou do próprio conflito distributivo – juros e câmbio; e a inexorável modificação no perfil das operações a crédito, com o avanço daquelas ligadas às aquisições de imóveis, com maior horizonte temporal e mais exigentes em solvência e adimplência das famílias.

Com respeito a esse último ponto, convém reter que os recursos financeiros para bancar as operações habitacionais correspondem a apenas 3,0% do PIB, e estão centrados nos segmentos de baixa renda, baseados no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e nas captações das cadernetas de poupança.

Nesse sentido, a diversificação e o contínuo incremento do crédito de longo prazo para o segmento imobiliário exigirão a viabilização de um mercado secundário de crédito, por meio da transformação de dívidas em produtos securitizados, o que deve ser antecedido por contemporânea regulamentação financeira, capaz de evitar os exageros de alavancagem cometidos pelos bancos e a fragilização ou mesmo abandono dos expedientes de análise de crédito, que aconteceram na economia dos EUA.

Voltando à conjuntura, o BC sugere ignorar que o provável estouro do centro da meta inflacionária de 4,5% para 2010, fixado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), é resultado de fatores conjunturais, retratados na combinação entre: o incremento das cotações de algumas matérias-primas no mercado externo, e dos ativos financeiros a elas acoplados, por conta da preservação dos pronunciados patamares de compras realizados pela plataforma manufatureira da China; a discutível indexação dos preços administrados, sobretudo das tarifas dos serviços públicos, transferidos à iniciativa privada nos anos de 1990; e o poder de oligopólio exercido por um reduzido número de grandes empresas, em áreas estratégicas como distribuição de combustível e produção de minério de ferro.

De fato, a suposta exacerbação do consumo das famílias possui fortes vínculos com a restauração dos ganhos de rendimentos (emprego, salário real, incluindo a valorização do mínimo, e programas de transferência de renda) e, por extensão, com a mobilidade social, observada pela migração de parcela expressiva do contingente de pessoas das classes E/D da pirâmide para a C, e com a possibilidade de satisfação de novas frações de demanda reprimida em produtos eletroeletrônicos, automóveis e móveis, cuja demanda é movida prioritariamente a crédito.

Os desníveis transitórios entre oferta e demanda, e a neutralização das pressões inflacionárias decorrentes, podem ser minimizados, em curto tempo, pela maior utilização da capacidade

instalada (ainda abaixo do pré-crise), devido à maturação de algumas inversões em modernização (atribuídas ao próprio aquecimento da economia), pela alternativa de realização de importações (que crescem mais de 40,0% ao ano); e, em médio termo, pelo aumento da taxa de investimento, algo que o incremento dos juros inevitavelmente inibirá, em função dos arranhões que provocará no estado de espírito dos agentes econômicos.

Lembre-se que a taxa de investimento, ou a formação bruta de capital fixo, caiu de 18,7% do PIB em 2008, a maior da década de 2000, para 16,7% do PIB em 2009 e, mesmo em estágio de retomada, encontra-se bastante aquém do esforço requerido para amparar taxas de crescimento do PIB superiores a 5,0% a.a., o que equivaleria a quase 25,0% do PIB.

A propósito, é interessante reconhecer que é a realização da absorção interna, para consumo e investimento, que impulsiona os lucros das corporações e os dispêndios das famílias, oportunizando a geração de poupança para a cobertura financeira do círculo virtuoso, em condições de escassez de poupança externa, que pode ser atrapalhada pela predominância de preços estratégicos desarrumados, como câmbio, juros, salários, infraestrutura e tributos.

A tarefa correta, no caso da administração da formação da demanda agregada, seria a execução de uma espécie de redesenho do perfil de dispêndios do governo, formado pela diminuição das rubricas com pessoal, custeio e juros, o que favoreceria o acréscimo não-inflacionário de gastos em investimento e a diminuição dos déficits nas contas externas.

Logo, a escolha fácil de abdicação do esforço fiscal, afetada pelas imposições eleitorais, e de retorno à saga de aumento dos juros, provocará agravamento da restrição externa, ao induzir o ingresso líquido de haveres de curto prazo, a apreciação adicional do câmbio, o declínio da eficiência e competitividade das vendas externas e consequente ascensão do consumo de bens importados, e a perversa especialização regressiva do tecido industrial.

Isso é particularmente perverso para um país que carece de aplicações básicas em infraestrutura – magnificadas pela recente expansão imobiliária nos grandes centros –, educação básica e ensino profissionalizante, e é forçado a conviver, de forma perene, com orientações macroeconômicas dirigidas ao alcance de propósitos eminentemente de curto prazo, como câmbio flutuante e metas de inflação.

Para piorar, como as amarras regulatórias vêm impedindo que a maior eficiência produtiva e gerencial do setor privado se transforme em ocupação de espaços na execução de atividades operacionais, normalmente a cargo do Estado, os gastos em infraestrutura situaram-se em 2,0% do PIB em uma década, contra os cerca de 5,0% do PIB requeridos para reposição, modernização e ampliação da rede.

Ainda sob a ótica fiscal, chama a atenção o prosseguimento de vultosas alocações de haveres do Tesouro Nacional aos bancos públicos, viabilizados por financiamentos de 30 anos, particularmente ao BNDES, para posterior repasse, de forma subsidiada (empréstimos baseados na taxa de juros de longo prazo, com teto de 6,0% a.a., *versus* endividamento da União superior a 10,0% a.a. ou, na melhor das hipóteses, a taxa Selic), a empresas quebradas ou com abrangente acesso às linhas de crédito dos bancos comerciais privados operantes no Brasil e no mercado global.

Trata-se de um verdadeiro orçamento paralelo, que já teria ultrapassado os R\$ 200,0 bilhões desde o surgimento da turbulência internacional, desprovido de qualquer apreciação comparativa rigorosa com o custo/benefício demonstrado por programas governamentais alternativos, e que tende a se aprofundar com os requerimentos dos projetos do pré-sal, da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos.

O BRASIL E O EQUILÍBRIO GLOBAL NO PÓS-CRISE

Julio Takeshi Suzuki Júnior*

O crescimento da economia mundial nos anos que antecederam a crise foi notável. De 2004 a 2007, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), o PIB global avançou a taxas anuais superiores a 4%, atingindo expressivos 5,2% em 2007, a mais alta variação real desde 1977.

Como se sabe, os pronunciados déficits externos dos Estados Unidos e os elevados superávits de algumas nações, principalmente da China, constituíram uma das bases para o mencionado desempenho virtuoso da economia do globo, que foi interrompido pelo estouro da bolha financeira. Para se ter uma ideia da condição deficitária dos Estados Unidos, a conta corrente do referido país acumulou saldo negativo de US\$ 2,9 trilhões no quadriênio 2004-2007, em razão do excesso de consumo em relação à produção doméstica. Nesse mesmo período, foi registrado superávit acumulado de US\$ 854,6 bilhões nas transações correntes da economia chinesa, o que evidencia um padrão mundial de crescimento amparado no financiamento do déficit norte-americano pelos países que apresentam resultados externos positivos, entre os quais destaca-se a China.

Todavia, com a crise financeira e a subsequente contração da atividade econômica (o FMI calcula uma retração de -1,1% do PIB mundial em 2009), ganhou ainda mais força a tese de que é necessário reduzir o déficit externo dos Estados Unidos, o que exigiria a diminuição dos superávits dos grandes países poupadores, de modo a assegurar um novo equilíbrio e, em decorrência disso, instaurar condições favoráveis ao crescimento global.

A dificuldade está no fato de que as nações geradoras de poupanças não parecem dispostas a realizar mudanças em seus modelos econômicos, na direção do aumento do consumo doméstico e da redução da capacidade de atendimento da demanda externa, uma vez que suas taxas de expansão do PIB são, de modo geral, superiores às dos deficitários em transações correntes. Tanto é assim que a renda nos países latino-americanos avançou a uma taxa média anual de 3,1% no período 1999-2009, abaixo, por exemplo, das variações reais anotadas pelos emergentes e economias de industrialização recente da Ásia (tabela 1). Não por acaso, sem deixar de reconhecer a influência de outras variáveis nos resultados acima citados, as referidas nações asiáticas alcançaram consideráveis superávits externos, enquanto os latino-americanos, na média do intervalo em análise, registraram déficit equivalente a 0,4% do total de bens e serviços produzidos pela região.

TABELA 1 - RESULTADO DAS TRANSAÇÕES CORRENTES E TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO DO PIB - PAÍSES E BLOCOS ECONÔMICOS SELECIONADOS - 1999-2009

BLOCO ECONÔMICO / PAÍS	PERÍODO 1999-2009	
	TRANSAÇÕES CORRENTES (% PIB)	TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO DO PIB (%)
China	6,9	9,8
Comunidade dos Estados Independentes ⁽¹⁾	6,0	5,8
ASEAN-5 ⁽²⁾	3,8	4,9
Economias asiáticas de industrialização recente ⁽³⁾	5,4	3,8
Países latino-americanos	-0,4	3,1
Estados Unidos	-4,6	1,9
União Europeia	-0,3	1,7

FONTE: FMI

(1) Oficialmente, a CEI é composta por 11 ex-repúblicas soviéticas. Mas, neste caso, foram incluídos também o Turquemenistão e a Geórgia (ex-repúblicas soviéticas hoje não pertencentes à CEI), além da Mongólia.

(2) Inclui cinco países da Associação das Nações do Sudeste Asiático: Indonésia, Malásia, Filipinas, Tailândia e Vietnã.

(3) Hong Kong, Coreia do Sul, Cingapura e Taiwan.

* Administrador, coordenador do Núcleo de Estudos Macroeconômicos e Conjunturais do IPARDES.

Particularmente no caso do Brasil, é nítida a piora dos números referentes às transações com o restante do mundo, passando de superávits no quinquênio 2003-2007 para saldos negativos em 2008 e 2009 (tabela 2), ou seja, o processo de retorno à dependência em relação à poupança externa teve início em um período que antecede a crise, não obstante as favoráveis condições então vigentes para a obtenção de sólidos resultados do balanço de pagamentos pelas economias emergentes, principalmente por aquelas que se caracterizam pelas exportações de *commodities*. Aliás, deve-se ressaltar que a crise reduziu a velocidade do agravamento das contas externas do país, dados os níveis mais elevados da taxa cambial atingidos no final de 2008 e no início do exercício seguinte, que determinaram um decréscimo maior das importações ante as vendas externas, assegurando um pequeno aumento do saldo comercial em 2009, na comparação com o ano anterior.

TABELA 2 - TRANSAÇÕES CORRENTES - BRASIL - 1995-2009

ANO	TRANSAÇÕES CORRENTES (US\$ milhões)				SALDO DAS TRANSAÇÕES CORRENTES / PIB (%)
	Balança Comercial	Serviços e Rendas	Transferências Unilaterais Correntes	Saldo	
1995	-3 466	-18 541	3 622	-18 384	-2,4
1996	-5 599	-20 350	2 446	-23 502	-2,8
1997	-6 753	-25 522	1 823	-30 452	-3,5
1998	-6 575	-28 299	1 458	-33 416	-4,0
1999	-1 199	-25 825	1 689	-25 335	-4,3
2000	-698	-25 048	1 521	-24 225	-3,8
2001	2 650	-27 503	1 638	-23 215	-4,2
2002	13 121	-23 148	2 390	-7 637	-1,5
2003	24 794	-23 483	2 867	4 177	0,8
2004	33 641	-25 198	3 236	11 679	1,8
2005	44 703	-34 276	3 558	13 985	1,6
2006	46 457	-37 120	4 306	13 643	1,3
2007	40 032	-42 510	4 029	1 551	0,1
2008	24 836	-57 252	4 224	-28 192	-1,7
2009	25 347	-52 945	3 263	-24 334	-1,5

FONTE: Banco Central

Todavia, com a recente retomada da atividade econômica e a queda da cotação do dólar a patamares próximos dos observados no pré-crise, o superávit do comércio exterior brasileiro voltou a diminuir, o que é comprovado pelo saldo positivo de apenas US\$ 896 milhões contabilizado no primeiro trimestre deste ano, valor muito inferior ao número registrado no mesmo período de 2009 (US\$ 3 bilhões). De acordo com projeções do mercado, levantadas pelo Banco Central, o superávit comercial do Brasil deverá alcançar uma cifra não muito distante de US\$ 10 bilhões no fechamento de 2010, levando a um déficit em conta corrente ao redor de US\$ 50 bilhões, que seria o pior resultado da série histórica iniciada em 1947.

Tal deterioração certamente não representa ameaça à solvência externa do país em uma perspectiva de curto prazo, considerando os níveis recordes das reservas cambiais. Mas ressalta a incapacidade dos gestores da política econômica de atingir e manter contribuições positivas das exportações líquidas para o crescimento econômico, sendo breves as fases de bons resultados externos e de relativo conforto no pagamento dos compromissos internacionais, sempre propiciadas por fatores exógenos favoráveis.

Prova disso é que os preços foram os principais responsáveis pelo avanço significativo das receitas das exportações nacionais no período recente, relegando a segundo plano a influência do volume comercializado. Em um exercício simples, mantendo constantes os preços em dólares de 2002, verifica-se que as vendas externas alcançariam, por exemplo, US\$ 96,7 bilhões em 2008 e US\$ 86,3 bilhões em 2009, muito abaixo dos US\$ 197,9 bilhões e US\$ 153,0 bilhões efetivamente registrados. Com a aplicação do mesmo método às importações, seriam contabilizados superávits comerciais de apenas US\$ 2,2 bilhões em 2008 e US\$ 8,2 bilhões em 2009, o que indubitavelmente levaria a avaliações menos otimistas quanto à solidez da economia brasileira.

Em complemento, é importante lembrar que as quantidades vendidas ao exterior pelo Brasil apresentaram evolução inferior à do volume das exportações mundiais no triênio 2006-2008 (tabela 3), em um movimento que foi interrompido em 2009 devido às atípicas condições instauradas pela crise. Para 2010, com uma expansão de 2,8% projetada para o *quantum* das exportações do mundo, o índice de volume das vendas externas nacionais pode registrar novamente uma variação menor que a do globo, tendo em vista que as quantidades comercializadas pelo país recuaram -6,8% no acumulado de doze meses encerrado em fevereiro deste ano, de acordo com dados da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX), o que indica problemas quanto à competitividade dos produtos brasileiros.

TABELA 3 - VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE *QUANTUM* DAS EXPORTAÇÕES - BRASIL E MUNDO - 2005-2009

ANO	VARIAÇÃO (%)	
	Brasil	Mundo
2005	9,4	7,2
2006	3,3	9,1
2007	5,5	6,4
2008	-2,5	2,6
2009	-10,7	-12,7

FONTES: FUNCEX, FMI

Diante de tudo isso, fica claro que não serão necessárias pressões das grandes nações para que o Brasil amplie sua dependência em relação à poupança externa, contribuindo para um novo equilíbrio global. Mas, na hipótese de haver disposição para mudanças, é relevante colocar que existe espaço político-econômico em âmbito internacional para a promoção de superávits externos pelo país, dada a inexpressiva participação nacional no comércio mundial, muito abaixo, por exemplo, da importância relativa da China. Com novas diretrizes macroeconômicas, focando a exportação de poupança, certamente seriam estabelecidas condições mais propícias para o início de processos de crescimento consistentes e duradouros.

As indústrias exportadoras brasileiras têm enfrentado, nos últimos anos, problemas macroeconômicos, infraestruturais e burocráticos com obstinação e combatividade. À queda de rentabilidade provocada pela valorização do real, somou-se a retração da demanda por conta da crise creditícia internacional. A precariedade de estradas, portos e aeroportos foi agravada pela elevação nos custos de frete e seguro. À falta de solução para os créditos acumulados com a Lei Complementar n.º 87, popularmente conhecida como Lei Kandir, juntaram-se o recrudescimento do protecionismo comercial, o avanço asiático – preponderantemente chinês – em mercados tradicionalmente atendidos pela indústria brasileira, as incertezas associadas à criação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) e a complexidade de novos processos de certificação, como o Registration, Evaluation and Authorization of Chemicals (conhecido pela sigla REACH, classificação de produtos químicos adotada pela União Europeia).

Algumas recentes iniciativas, contudo, inculcam algum otimismo nas relações institucionais dos exportadores nacionais. A primeira delas é a aprovação, pela Câmara de Comércio Exterior (Camex), da adesão brasileira à Convenção de Viena sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias – o tratado atualmente reúne 74 países signatários, responsáveis por mais de 90% do comércio mundial. A convenção, que seguiu para a apreciação do Congresso Nacional no final do ano passado, regula o formato dos contratos e, quando implementada, deve ser especialmente benéfica aos pequenos e médios exportadores, por reduzir custos advocatícios e conceder segurança jurídica em negociações com novos mercados. O acordo procura estabelecer práticas, obrigações e compensações sem gerar conflito com o direito interno dos países das partes contratantes. Particularmente interessantes são as normas que regem a forma de contratos realizados à distância, por via eletrônica, e aquelas que regulam o parcelamento de pagamentos.

No final de abril, entrou em vigor o Drawback Integrado, sistema que adia por um ano (renovável por outro) o pagamento de impostos e contribuições devidos pela compra de insumos utilizados na produção de bens exportados. À indústria de bens de capital, associada a projetos de longa maturação, é concedida dilação maior no prazo de pagamento, de cinco anos. Elaborado pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) e pela Secretaria da Receita Federal, o mecanismo admite a aquisição de insumos importados, incorpora todos os programas de *drawback* que o antecederam e permite a inscrição de empresas tributadas através do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples).

A Receita Federal elabora, também, um sistema que compense, automaticamente, os créditos acumulados por impostos pagos a mais ao longo do processo produtivo. Em princípio, a utilização do mecanismo estaria restrita às empresas que possuem ligação eletrônica com a Secretaria da Receita Federal e emitem nota fiscal eletrônica. Potencialmente mais eficaz é a medida que reenquadra as companhias qualificadas como preponderantemente exportadoras. Atualmente, são assim consideradas as empresas com ao menos 80% da receita bruta originária de exportação. O projeto em estudo reduz esse limite para 40% da receita bruta. Os exportadores beneficiariam-se, então, da isenção de pagamento da contribuição do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre os insumos utilizados.

Para que possam ser tributadas pelo Simples, as empresas não podem auferir receita anual superior a R\$ 1,2 milhão. A Receita Federal desconsiderará a receita colhida com exportação para efeito de enquadramento ao Sistema, como tentativa de estímulo à inserção dos pequenos fabricantes no mercado externo.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

O maior projeto governamental de incentivo ao comércio exterior é a criação de um Eximbank brasileiro, estrutura exclusivamente voltada ao financiamento de exportações. Por reunir todos os trâmites burocráticos em uma só instituição, sua operação tornaria o processo – que envolve intrincadas avaliações de risco – mais célere. Atualmente, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) executa a maioria das atividades atribuíveis à nova estrutura, mas o banco tem necessidade de enquadrar-se às normas do Acordo de Basileia II, o que limita sua capacidade de empréstimo. O Acordo de Basileia II, tratado internacional que disciplina a atividade bancária, estabelece critérios rígidos de exposição a riscos e alavancagem, com o objetivo de evitar crises financeiras. A criação da versão brasileira do Eximbank evitaria que o BNDES restringisse o volume de repasses. A montagem de uma instituição desassociada do BNDES, contudo, torna a implantação mais morosa, uma vez que precisa da aprovação do Congresso Nacional. A ideia é discutida publicamente há um ano.

Praticamente, o Eximbank englobaria as linhas de financiamento presentemente vinculadas ao BNDES e ao Banco do Brasil. Adicionalmente, assumiria a responsabilidade pelo Programa de Financiamento à Exportação (Proex), atualmente administrado pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, operacionalizado através do Banco do Brasil e supervisionado pelo Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig). Além de financiar contratos de exportação e importação, o Proex tem a capacidade de equalizar as taxas de juros de financiamento, ou seja, assumir parte dos encargos financeiros e compatibilizá-los com aqueles praticados internacionalmente.

O Fundo Garantidor de Exportações (FGE), igualmente sob tutela do Ministério da Fazenda, também seria administrado pela nova instituição. O FGE cobre as operações de Seguro de Crédito à Exportação, funciona com recursos do Tesouro Nacional, e sua fiscalização é, outrossim, executada pelo Cofig. Crédito e seguros seriam, na proposta atual, supervisionados por diferentes comitês do Eximbank. Os técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional, órgão que compõe o Cofig, fazem ressalvas sobre o fato de que a mesma instituição passaria a conceder crédito e garantir o risco do empréstimo, liberalidade que geraria dúvidas sobre a higidez do processo.

Por profícuos que sejam esses rearranjos institucionais, eles não compensam a prolação governamental ante o abandono da infraestrutura – a despeito dos tonitruados efeitos positivos dos Programas de Aceleração do Crescimento, 1 e 2 –, a atitude solerte diante da ineficiência tributária e as restrições impostas por determinadas variáveis macroeconômicas. Tanto que, não obstante os esforços da indústria brasileira para a ampliação de sua inserção externa e a louvável atuação do Itamaraty e do Departamento Internacional do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, não se observa reversão da tendência de queda da participação de manufaturados na pauta exportadora nacional (43,76% em 2010, o menor percentual desde 1979), demandando, portanto, políticas de longo prazo muito melhor coordenadas.

VINTE ANOS DE PLANO COLLOR: CARACTERÍSTICAS E LIÇÕES

Gilmar Mendes Lourenço*

Decorridos vinte anos da maior intervenção do Estado no *modus operandi* da economia brasileira de que já se teve notícia, realizada em 16 de março de 1990, por ocasião da inauguração da administração de Fernando Collor de Mello, na função da Presidência da República, soa oportuno um breve exame dos resultados e das lições deixadas por essa experiência, desprovido de componentes ideológicos e/ou preconceituosos.

Tal empreitada é particularmente importante num momento de delineamento de uma acirrada disputa eleitoral, na qual toma corpo a recomendação de efetivação de um *upgrade* desenvolvimentista no indiscutível êxito do governo Lula. Sem dúvida, houve uma ruptura com a proposta vencedora nas urnas em 2002 e a opção pela continuidade das “boas políticas” executadas por seus antecessores, incluindo as modificações institucionais supostamente semeadas na era Collor, sobressaindo-se o ajuste fiscal, a reengenharia administrativa, a abertura, a desestatização e o fim da reserva de mercado para produtos de informática.

Contudo, a gestão da economia ainda estaria demasiadamente focada no tratamento dos parâmetros de estabilização macroeconômica e no manuseio de alguns elementos de inclusão social, menosprezando, na maioria das vezes, a premência de ressurreição do Estado mais indutor e menos propulsor, patrimonialista, paternalista e cartorial, dirigido basicamente à área de infraestrutura. É impossível esquecer que o choque de energia acontecido em 2001, fruto do colapso nos investimentos acoplado à insuficiência de chuvas, tenha pesado decisivamente na frustração do grupo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) em eleger o sucessor em 2002.

No começo de 1989, em meio a um verdadeiro caos econômico, caracterizado por corte dos fluxos externos voluntários de capitais, depois da moratória dos juros da dívida externa, exíguo volume de reservas internacionais, medíocre crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e aparecimento de indiscutíveis sinais da hiperinflação indexada, e o fracasso de todas as tentativas para debelá-la, a sociedade brasileira transportava duas grandes certezas: elegeria, pelo voto direto, depois de 28 anos, o Presidente da República; mas não possuía a mínima ideia de quem ocuparia o assento de mandatário do país a partir do dia 15 de março de 1990. Recorde-se que a inflação beirava os 40,0% ao mês em janeiro de 1989 e superou a marca de 70,0% a.m. em janeiro e fevereiro de 1990 (tabela 1).

TABELA 1 - INFLAÇÃO BRASILEIRA – ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI – 1985-1990 (EM % MENSAL)

ANO	IGP-DI	ANO	IGP-DI	ANO	IGP-DI	ANO	IGP-DI
1985.03	12,71	1986.06	0,53	1987.09	8,02	1988.12	28,89
1985.04	7,22	1986.07	0,63	1987.10	11,15	1989.01	36,56
1985.05	7,78	1986.08	1,33	1987.11	14,47	1989.02	11,80
1985.06	7,84	1986.09	1,09	1987.12	15,89	1989.03	4,23
1985.07	8,92	1986.10	1,39	1988.01	19,14	1989.04	5,17
1985.08	14,00	1986.11	2,46	1988.02	17,65	1989.05	12,76
1985.09	9,13	1986.12	7,56	1988.03	18,16	1989.06	26,76
1985.10	9,05	1987.01	12,04	1988.04	20,33	1989.07	37,88
1985.11	14,95	1987.02	14,11	1988.05	19,51	1989.08	36,48
1985.12	13,20	1987.03	15,00	1988.06	20,83	1989.09	38,92
1986.01	17,79	1987.04	20,08	1988.07	21,54	1989.10	39,70
1986.02	14,98	1987.05	27,58	1988.08	22,89	1989.11	44,27
1986.03	5,52	1987.06	25,88	1988.09	25,76	1989.12	49,39
1986.04	-0,58	1987.07	9,33	1988.10	27,58	1990.01	71,90
1986.05	0,32	1987.08	4,50	1988.11	27,97	1990.02	71,68

FONTE: FGV

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE - Centro Universitário.

Isso porque havia um apreciável coquetel de postulantes ao cargo (22), englobando praticamente todos os matizes ideológicos. À direita, as propostas mais salientes provinham de Paulo Maluf, do Partido Democrático Social (PDS), Aureliano Chaves, do Partido da Frente

Liberal (PFL), Affonso Camargo Neto, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Guilherme Aff Domingos, presidente da Associação Comercial de São Paulo e deputado federal pelo Partido Liberal (PL), Ronaldo Caiado, deputado federal pelo Partido Social Democrático (PSD) e representante da União Democrática Ruralista (UDR), e o ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), investido do poder retórico de caçador de marajás, em função de posturas assumidas no gerenciamento da referida instância subnacional.

Sem contar o folclórico Enéas Ferreira Carneiro, do Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA) e a possibilidade de o empresário Sílvio Santos participar do pleito, concorrendo ou pelo Partido Municipalista Brasileiro (PMB) ou em substituição a Aureliano Chaves (PFL) que renunciaria, como opção moderada das elites ao furacão Collor. A candidatura foi abortada por colidir com a legislação eleitoral.

As correntes de centro-esquerda traziam como representantes o senador nacionalista por São Paulo, Mário Covas, ícone do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e defensor do choque de capitalismo, e o doutor Ulisses Guimarães, deputado federal e presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que comandou o Congresso Constituinte em 1987-1988 e carregava o fardo da concessão de legitimidade e apoio ao fracassado governo Sarney desde março de 1985, desprovido de estoque e fluxo de capital político.

Já, as fileiras da esquerda eram compostas por Roberto Freire, senador pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) de Pernambuco, o ex-governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), e Luiz Inácio Lula da Silva, deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Depois de uma acirrada disputa entre Lula e Brizola, na busca da condição de protagonista de uma virada do jogo contra Collor (que não participou de qualquer debate público no 1.º turno), no período do 2.º turno das eleições, Lula habilitou-se, ganhou apoio da maioria das frentes derrotadas no 1.º turno, chegou a emparelhar com o adversário e a ser apontado, em algumas projeções dos institutos de pesquisa, como provável vencedor do pleito.

A reviravolta em favor de Collor esteve intimamente associada ao conteúdo do marketing político aplicado nas duas últimas semanas que antecederam a votação do 2.º turno. Tratou-se de um festival de anotações e mensagens negativas acerca do concorrente da frente de esquerda, transmitidas à opinião pública, começando com a descoberta de uma filha fora do casamento formal, com demora de reconhecimento, e a identificação de uma peça-chave da pasta rural do futuro governo, supostamente indiferente à miséria da população do Nordeste; passando pela ideologia comunista e a ameaça de confisco dos recursos depositados em cadernetas de poupança, ressaltada na propaganda eleitoral e no programa Ferreira Neto, da Central Nacional de Televisão (CNT); e culminando com a repercussão manipulada, segundo alguns, pelos editores do Jornal Nacional, do derradeiro debate promovido pela Rede Globo.

Independentemente da prevalência daquelas incongruências de natureza política, a vitória de Collor em 17 de dezembro, por mais de 5,0 milhões de votos de diferença, traduziu a gênese da efervescência do episódio de regresso da democracia plena no país, conquista da qual ninguém abriria mão. Curiosamente, naquele dia, a Polícia Federal encontrou o cativo e negociou o resgate do empresário Abílio Diniz, proprietário do grupo Pão de Açúcar e aliado de Collor, com um grupo de sequestradores que desfilavam usando camisetas do PT.

Vencidas as batalhas nas urnas, a transição para o futuro governo deveria transformar as bandeiras de campanha em um elenco consistente de diretrizes, abrangendo os objetivos de eliminação das principais anomalias econômicas, sintetizadas na hiperinflação, e garantir a execução doméstica das reformas neoliberais do Conselho de Washington, empacotadas depois da queda do Muro de Berlim e do esfacelamento do império soviético, incluindo liberalização dos mercados de bens e financeiros, desregulamentação e privatizações.

No entanto, o presidente optou pela repetição de frases de efeito como “deixar a direita surpresa e a esquerda perplexa”, a ideia da disponibilidade de apenas “uma bala na agulha” ou um “ippon” (golpe de judô que encerra a luta), para exterminar o dragão da inflação; governar para os “descamisados e pés descalços” e a “fabricação de carroças” pelo complexo automobilístico operante no Brasil, para sinalizar a dimensão do choque de modernização requerido para garantir competitividade externa e interna à manufatura brasileira.

Tais pistas, somadas à escolha da assessora econômica de campanha, Zélia Cardoso de Melo, como Ministra da Fazenda, levaram os meios econômicos a supor que o governo perseguiria duas frentes de atuação: a conjuntural, direcionada prioritariamente ao sufoco das pressões inflacionárias, e a estrutural, responsável pela superação do atraso industrial.

Na seara conjuntural, era praticamente consensual o raciocínio, organizado por Carvalho,¹ de que a orientação econômica teria que dedicar-se à derrubada de três barreiras em simultâneo: a monetização acelerada e conseqüente explosão de demanda em ambientes de desinflação, características das fases imediatamente subsequentes ao lançamento dos planos de estabilização heterodoxos, como Cruzado, Bresser e Verão; a enorme e crescente liquidez em ativos financeiros, marca da prevalência da moeda indexada; e as precárias condições de financiamento da elevada dívida mobiliária do governo.

O pensamento convencional prospectava providências menos incisivas e ações com maior teor de negociação política, como a celebração de um pacto social entre governo, empresários e trabalhadores, contendo pré-fixação de reajustes de preços, mesmo com o reconhecimento do secular fracasso dessa variante no país, especialmente em estágios de alimentação recíproca e pernicioso entre conflito distributivo e inflação.

Mas a montagem da equipe econômica, integrada por Antônio Kandir (Unicamp - Secretário de Política Econômica do Ministério), Ibrahim Eris (presidente do Banco Central), Edgard Pereira (Unicamp) e Eduardo Modiano (PUC-RJ), conduzia à interpretação de adequado diagnóstico das raízes da inflação brasileira (fragilidade fiscal e financeira do setor público).

*Proliferavam suspeitas de que medidas radicais
poderiam ser adotadas, inclusive a intervenção
no mercado financeiro*

Na mesma linha, e diante do fracasso da geração Cruzado na gestão Sarney, proliferavam as suspeitas de que medidas ousadas de política econômica poderiam ser adotadas para a extinção da inflação, considerando inclusive a opção de intervenção no mercado financeiro. Circulavam rumores acerca da criação de um imposto extraordinário sobre o montante de haveres financeiros, o que seria uma espécie de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) punitivo.

Nesse contexto, duas correntes de informações corroboravam a defesa da tese de ocorrência de pronunciadas mudanças na engenharia financeira dos mercados. A primeira dizia respeito ao trabalho de doutorado de Antonio Kandir, atrelando a hiperinflação à existência de elevada liquidez em moeda indexada, sobretudo em papéis do governo, cuja derrubada exigiria compressão de mais de 80,0% do meio circulante.

O segundo fluxo compreende o deslocamento de um documento acadêmico na direção da equipe de Lula, no transcorrer do 2.º turno. Esse documento, intitulado Crise e Reforma Monetária no Brasil foi preparado pelo *staff* econômico do candidato Ulisses Guimarães, do PMDB, liderado por Luiz Gonzaga Beluzzo e Julio Gomes de Almeida, ambos da Unicamp, e previa abrupta interferência nas operações de *overnight*. Precisamente, o vazamento dessa informação teria levado Collor a acusar Lula de tencionar reter os haveres da poupança e promover o calote na dívida pública, e os meios especializados a adotar a hipótese como um enredo em busca de autor.

As experiências internacionais de confisco de massas de recursos financeiros remontam a reforma monetária, levada à frente na Alemanha Ocidental, nos espaços ocupados pelos Estados Unidos, Reino Unido e França, no pós II Guerra Mundial (1948), para atender os requerimentos de reorganização das finanças públicas e de superação do fenômeno de demanda reprimida, e no México e Peru, em 1985, para contornar os bloqueios de financiamento externo.

O espetáculo da posse, com direito ao uso do Parlatório do Palácio Alvorada, não permitiu o anúncio das providências econômicas imediatas e amargas, que foi transferido para o dia 16, sob o encargo da ministra da Fazenda. Porém, o vácuo da posse ensejou a feitura de cenários menos densos para o ambiente econômico, por parte dos formadores de opinião, principalmente os âncoras das emissoras de televisão, que chegaram a concluir, em diálogos telefônicos travados com as autoridades econômicas, na noite de 15/03 e na manhã de 16/03, pela não-ocorrência de mudanças radicais nas regras do jogo financeiro.

¹ CARVALHO, Carlos Eduardo. O fracasso do Plano Collor: erros de execução ou de concepção? *Economia*, Niterói, v.4, n.2, p.283-331, jul./dez. 2003.

Os ingredientes de preocupação invadiram os ambientes de informação quando, no meio da manhã de 16/03, o economista da Universidade de São Paulo (USP), João Sayad, ex-ministro do Planejamento de Sarney, concedeu ao jornalista Carlos Nascimento, nos estúdios da TV Globo de São Paulo, lúcida e serena entrevista, na qual, de forma bastante polida, desqualificava aqueles que profetizavam a não-ruptura.

Isso se torna especialmente verdadeiro quando se observa que os mais surpresos com o grupo de medidas anunciado no começo da tarde de 16/03, pela equipe da Fazenda, foram justamente os editores econômicos das mais importantes redes de televisão, demonstrando reduzida capacidade de compreensão do conteúdo das medidas e, sobretudo, de avaliação de seus impactos.

Porém, tal fato seria absolutamente tolerável se fosse levado em consideração que o próprio time de divulgação e esclarecimentos, escalado pelo governo, não exibiu, em uma concorrida entrevista coletiva, a firmeza resultante de uma satisfatória preparação, protagonizando a cena de como fazer maravilhosamente bem, do jeito errado. A posse do *chairman* do BC, Ibrahim Eris, teve que acontecer antes da de Collor, para possibilitar a decretação de feriado bancário no apagar das luzes da gestão Sarney.

Até porque o pacote, batizado de Plano Brasil Novo pelo presidente, e de Plano Collor 1 pelos meios especializados, na expectativa de que teria de ser aperfeiçoado ou fracassaria, abarcava uma abrangente e complexa lista de decisões, cuja concepção exigiria um intervalo de tempo que suplantaria o curto período de menos de três meses entre o êxito eleitoral em 2.º tempo e a posse.

Essencialmente, foi disponibilizado um cartel de mudanças que enfeixava, entre os componentes conjunturais, a alteração do padrão monetário, com a troca do cruzado novo pelo cruzeiro; o congelamento de preços; o alongamento do prazo médio de resgate dos títulos públicos (entre 03 e 06 meses para 18 meses no mínimo); e a retenção dos ativos financeiros por 18 meses, exceto os recursos do Tesouro nas três esferas, conforme a Medida Provisória (MP) n.º 168. Nas palavras do ex-ministro da Fazenda de Sarney, Mailson da Nóbrega, a definição de retenção dos ativos demonstrou a “coragem dos ignorantes”, por parte do presidente, e Fidel Castro teria ficado assustado e afirmado nunca ter feito nada parecido em Cuba.

O bloqueio da liquidez envolveria os saldos dos depósitos (à vista) e em caderneta de poupança superiores a NCZ\$ 50,0 mil (aproximadamente US\$ 3,0 mil) e das aplicações financeiras acima de NCZ\$ 25,0 mil (US\$ 1,5 mil) ou 20,0% no resgate, prevalecendo o maior valor. As cifras seriam transferidas para uma conta especial do Banco Central (BC), denominada Depósito Especial Remunerado (DER), o purgatório dos NCZ\$, e seriam devolvidas a partir de 16 de setembro de 1991, em 12 parcelas mensais sucessivas, atualizadas monetariamente pela variação do Bônus do Tesouro Nacional Fiscal (BTNf), acrescidas de 6,0% a.a.

Os NCZ\$ confiscados poderiam ser empregados por 60 dias para a cobertura do pagamento de impostos, taxas, contribuições e obrigações previdenciárias, e por 180 dias para a transferência de titularidade entre pessoas físicas e empresas, como lastro das transações financeiras celebradas antes de 16 de março de 1990. Adicionalmente, foi criado o IOF incidente sobre as aplicações no mercado financeiro.

O rompimento da promessa de intocabilidade das poupanças teria derivado da constatação de forte migração dos haveres dos demais ativos financeiros na direção do “porto seguro” das cadernetas, diante do medo de intervenção. O ex-ministro Delfim Neto chegou a insinuar que o valor NCZ\$ 50,0 mil teria surgido “de um papel do chapéu de um garçom próximo da equipe econômica”.

Por uma perspectiva estrutural, foi decretado o fim dos subsídios e incentivos fiscais; a instituição do Programa Nacional de Desestatização (34 empresas foram privatizadas em 33 meses, entre as quais a Embraer, a Companhia Siderúrgica Nacional e a Usiminas), sob os auspícios do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); a extinção do Instituto de Açúcar e do Alcool (IAA), do Instituto Brasileiro do Café (IBC), da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS); e o rebaixamento das alíquotas de importação (julho de 1990), aprofundando a abertura comercial, iniciada por Sarney. O imposto médio incidente sobre compras externas caiu de 41,0% em 1988, logo depois do lançamento da Nova Política Industrial (NPI), para 20,8% em 1992.

Os efeitos do programa de estabilização foram imediatos, desorganizando o ciclo de pagamentos e atestando a difícil aplicabilidade de uma estratégia de ajuste discutida e definida às escondidas, por um reduzido número de técnicos (pouco mais de uma dezena), detentores de competência ainda não suficientemente comprovada e de diminuta experiência, sem a participação dos membros do BC, que seriam encarregados de conferir funcionalidade às medidas.

A parada nos negócios fez a inflação (aferida pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas) cair de 81,3% em março para 11,3% em abril e 9,0% em maio e junho, retomando a rota ascendente a partir de julho. Por certo, a repentina e substancial compressão dos focos inflacionários esbarrou em entraves políticos/sociais e técnicos, provocando a restituição rápida e pouco criteriosa da liquidez ao sistema, materializada na abertura das famosas torneiras do BC.

Do lado político, emergiram as várias pressões exercidas por segmentos produtivos e/ou financeiros, com expressivo poder de mercado, e as liberações autorizadas para pagamentos das folhas salariais das empresas e para aposentados e pensionistas.

Pelo prisma técnico, o absoluto desconhecimento das posições de caixa, por parte das instituições financeiras, que funcionavam literalmente às escuras, os eminentes riscos de parada bancária e a necessidade de refinanciamento de passivos e de expansão do crédito, obrigaram o BC a realizar operações de financiamento involuntário até o mês de maio, especialmente à luz da experiência dos tumultos verificados com o Plano Bonex, na Argentina, em janeiro de 1990.

As dificuldades em decifrar as diferenças entre demanda por moeda para transação e especulação explicam o firme regresso da espiral inflacionária, no segundo semestre de 1990

As dificuldades em decifrar as diferenças entre a demanda por moeda para transação e especulação e, por extensão, a não-recuperação do controle da base, pela autoridade monetária, explicam o firme regresso da espiral inflacionária no segundo semestre, impondo a utilização da ortodoxia entre julho e setembro, calcada em restrições monetárias e ao gasto público. O uso de instrumentos de acomodação entre setembro de 1990 e janeiro de 1991, em lugar dos mecanismos restritivos, culminou na disparada da inflação para mais de 20,0% a.m. e na decretação de um novo congelamento de preços em 30/01/91.

O ajuste salarial ao novo choque implicou correção pela variação média dos últimos 12 meses para o setor privado, e de 9,36% para as aposentadorias e pensões do setor público, caracterizando forte achatamento dos rendimentos reais. Houve ainda a permissão de concessão de abonos entre 1.º de março e 31 de agosto de 1991, sem possibilidade de repasse aos preços, o que configurou redução das margens privadas.

Foi instituída a tablita (tábua de conversão de valores futuros em presentes, por meio do desconto das expectativas de inflação contidas nos mesmos) para os pagamentos das operações a prazo contratadas antes do congelamento, e criada a Taxa Referencial de Juros (TR), uma espécie de agrado aos intermediários financeiros, que propiciou progressiva cobrança de juros sobre juros, o que por sua vez constituiu, ao lado da diminuição do imposto de importação e da eliminação dos subsídios, a raiz da derrocada do setor rural brasileiro.

A restauração de condições adequadas para a continuidade da rolagem do passivo público exigiu a substituição dos BTNf pelas Notas do Tesouro Nacional (NTNs) e, em maio de 1991, o estreitamento das margens de manobra da gestão econômica; e o malogro no combate à inflação precipitou o pedido de demissão da ministra Zélia e o ingresso do embaixador Marcílio Marques Moreira na pasta da Fazenda.

Desde então, a escassa credibilidade da política econômica recebeu a companhia da deterioração das variáveis políticas, deflagrada por um arsenal de denúncias feitas pelo irmão do presidente, Pedro Collor, acenando para a existência de tráfico de influências no interior do governo, capitaneado pelo ex-tesoureiro da campanha eleitoral, Paulo César Cavalcanti Farias (PC).

As ações irregulares incluíam a malversação de recursos públicos na privatização da Vasp, na gestão da Legião Brasileira de Assistência (LBA), nos Ministérios da Saúde (licitação das bicicletas vendidas por uma loja de utilidades domésticas) e do Trabalho e Previdência, comandado pelo sindicalista Antonio Rogério Magri (o mesmo que sentenciou que o salário do trabalhador era “imexível” e que cachorro era gente), na Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), nos Centro Integrados de Apoio às Crianças (Ciacs), modelo adaptado da gestão Brizola no RJ, na Central de Medicamentos (preços dos remédios maiores que nas farmácias) e no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

As indicações de envolvimento direto do presidente em negociatas oportunizaram a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), na Câmara dos Deputados, e a coleta de milhares de assinaturas no país, pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), solicitando a instauração do *impeachment* no Legislativo.

Igualmente emblemática foi a feitura de várias manifestações públicas de protesto, abrangendo o desfile de preto, em um domingo, contrariando o pedido do Presidente, proferido em rede nacional obrigatória de televisão no sábado (12/08/1992), para que fosse feita uma exposição em verde e amarelo como demonstração de apoio, e o famoso episódio dos estudantes de caras pintadas, incentivados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), exigindo o “fora Collor”, em 16/08/1992.

O pleito foi aceito, com alguma resistência, e o *impeachment* foi votado em 29/09/1992, sendo o presidente suspenso por 180 dias para aguardo de julgamento, pelo Senado, por crime de responsabilidade. Poucos dias antes da decretação da sentença, em 27 de dezembro de 1992, Collor renunciou ao cargo, e a posterior decretação de sua inocência, pelo Tribunal Superior de Justiça (dezembro de 1993), teria interferência crucial na perda dos prazos regimentais para a realização das acusações pelo Ministério Público.

A saída de Collor sepultou as chances de concretização do enfoque estrutural de seu governo, amparado no projeto de modernização ou no choque de competição. Mesmo sem contemplar novidades, a iniciativa possuía o mérito de resgatar o Modelo de Integração Competitiva, preparado por técnicos do BNDES em 1984, no final do governo Figueiredo, não aplicado na administração Sarney, em razão da preponderância dos objetivos de combate à inflação.

A atualização do paradigma definidor dos procedimentos a serem utilizados para a inserção internacional de empresas e ramos da matriz produtiva brasileira deu lugar ao relatório Diretrizes da Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), desdobrado em dois programas de apoio, ancorados no BNDES, na perspectiva de assegurar retaguarda financeira aos agentes nacionais, na direção da realização da modernização dos métodos de produção e de gestão, em face do maior grau de exposição à concorrência externa, ditado pela liberalização comercial. Os mecanismos foram o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP) e o Programa de Competitividade Industrial (PCI).

Nos dias de hoje, a repetição da retenção de haveres financeiros seria bloqueada por barreiras jurídicas, reproduzidas na Emenda Constitucional n.º 32, de 11 de setembro de 2001, que, entre outras providências, impede o Executivo de sequestrar bens, poupança popular e/ou qualquer outro ativo financeiro com o emprego do expediente de edição de medidas provisórias.

A RECUPERAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA PARANAENSE

Julio Takeshi Suzuki Júnior*

Após registrar queda de -23,6% na safra 2008/2009, devido à prolongada estiagem, a produção paranaense de grãos voltará a crescer, com a colheita de 30,8 milhões de toneladas na atual temporada (tabela 1), segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse resultado, que supera em 26,7% o volume produzido no ano-safra anterior, recoloca o Estado na liderança do *ranking* nacional, posteriormente à perda dessa posição para o Mato Grosso no período 2008-2009.

TABELA 1 - PRODUÇÃO DE GRÃOS - PARANÁ - SAFRAS 2007/2008 A 2009/2010

PRODUTO	PRODUÇÃO (toneladas)			VARIÇÃO (%)	
	Safra 2007/2008 (a)	Safra 2008/2009 (b)	Safra 2009/2010 (c)	b/a	c/b
Arroz	172 632	170 328	162 979	-1,3	-4,3
Aveia	91 230	82 169	82 816	-9,9	0,8
Centeio	2 274	1 570	1 902	-31,0	21,1
Cevada	149 073	125 441	140 403	-15,9	11,9
Feijão	771 291	752 670	788 088	-2,4	4,7
Milho	15 613 442	11 132 899	12 549 387	-28,7	12,7
Soja	11 800 466	9 492 250	14 083 653	-19,6	48,4
Sorgo	8 619	5 988	5 942	-30,5	-0,8
Trigo	3 068 116	2 453 038	2 880 064	-20,0	17,4
Triticale	98 153	64 654	76 894	-34,1	18,9
TOTAL	31 775 296	24 281 007	30 772 128	-23,6	26,7

FONTE: IBGE

À exceção do arroz e do sorgo, que devem anotar decréscimos de, respectivamente, -4,3% e -0,8% nas quantidades colhidas, os produtos da pauta agrícola paranaense apresentarão incrementos produtivos, cabendo destacar o aumento de 48,4% da soja, com salto de 9,5 para 14,1 milhões de toneladas. O referido crescimento será sustentado principalmente pela produtividade, que evoluirá 33,6% de acordo com os levantamentos do IBGE, sendo menos significativa a contribuição da área colhida, com expansão da ordem de 11,1%. Mesmo não sendo tão relevante, a ampliação do espaço destinado à oleaginosa é a principal responsável pela retração da superfície ocupada pelo milho na 1.^a safra, o que evidencia o esgotamento da fronteira agrícola estadual, impossibilitando o alcance pelas lavouras do cereal de um resultado em termos de produção muito melhor que o registrado no ano passado. Todavia, em razão da expansão de 29,8% estimada para a colheita da 2.^a safra, as quantidades de milho deverão apresentar, no cômputo geral, aumento de 12,7% na temporada 2009/2010, totalizando 12,5 milhões de toneladas.

Ademais, podem ser citados os bons desempenhos das lavouras de centeio, triticale e trigo, cujas elevações da produção deverão atingir 21,1%, 18,9% e 17,4%, respectivamente, embora haja algumas incertezas quanto à confirmação desses números, uma vez que as mencionadas culturas ainda se encontram em fase inicial de desenvolvimento. Principal atividade na safra de inverno, a triticultura poderá contabilizar um volume de produção de 2,9 milhões de toneladas em 2010, ante as 2,5 milhões de toneladas colhidas no ano passado.

No que se refere aos produtos não pertencentes à categoria dos grãos, é importante fazer menção, em virtude da representatividade econômica, à batata-inglesa, fumo e cana-de-açúcar, com estimativas de crescimento de, respectivamente, 25,2%, 9,9% e 8,9% na presente safra. Em relação à cana, a evolução da produção física reflete quase que exclusivamente a ampliação da superfície colhida, tendo em vista que o rendimento por unidade de área deverá avançar somente 0,2%.

* Administrador, coordenador do Núcleo de Estudos Macroeconômicos e Conjunturais do IPARDES.

A propósito, os levantamentos dos últimos anos confirmam a continuidade do processo de incorporação de terras ao sistema agroindustrial sucroalcooleiro, registrando-se uma taxa média anual de crescimento de 7,4% da área da cana-de-açúcar na atual década, passando de 338,0 mil hectares em 2001 para 641,7 mil em 2010. Diante disso, não parece próxima a estabilização dos espaços utilizados para a produção da cana no Paraná, não obstante as restrições legais voltadas à proteção ambiental e a limitada disponibilidade de territórios aptos, dadas as inadequadas condições edafoclimáticas das porções meridionais do Estado para o desenvolvimento da cultura.

Da mesma maneira, o avanço produtivo do fumo deriva preponderantemente do acréscimo de novas áreas, o que pode ser atribuído aos investimentos na ampliação de unidades processadoras do produto e ao conseqüente aumento do número de fumicultores integrados à indústria. Especificamente na safra 2009/2010, as estimativas apontam para uma superfície colhida de 80,1 mil hectares, representando incremento de 6,5% em comparação aos 75,2 mil hectares da temporada anterior.

Em função de todos esses resultados, não há dúvida quanto à recuperação da agricultura paranaense em 2010, voltando a contribuir positivamente para o crescimento do PIB do Estado, com a ascensão do volume físico da produção. Além disso, a expansão do faturamento setorial indubitavelmente terá reflexos sobre o conjunto das atividades econômicas, não se restringindo ao segmento primário.

Nesse sentido, segundo estatísticas do Ministério da Agricultura, o Valor Bruto da Produção (VBP) do setor agrícola do Paraná alcançará R\$ 20,6 bilhões neste ano, com a contabilização de um aumento real de 17,4% em relação a 2009 (tabela 2). Essa variação é a maior entre as principais economias agrícolas, sendo superada, quando consideradas as 27 unidades da Federação, apenas pelo resultado do Ceará, cuja pronunciada elevação de 36,0% da receita bruta será sustentada principalmente pela cultura do feijão.

Como era de se esperar no caso paranaense, entre as vinte lavouras incluídas no cálculo do VBP, é proeminente a influência da soja na ampliação do faturamento da agricultura, respondendo por 81,2% do crescimento absoluto das receitas projetado para 2010. Adicionalmente, são relevantes as contribuições da batata-inglesa e do café, em contraposição ao declínio do VBP do feijão, que, a despeito do pequeno acréscimo na produção, deverá gerar um faturamento menor neste exercício em consequência dos patamares mais baixos dos preços pagos ao produtor.

De qualquer modo, confirma-se mais uma vez o dinamismo do setor primário estadual, desempenhando, em condição de normalidade climática, o papel de um dos diferenciais de crescimento em relação à economia nacional, apesar de ser naturalmente mais difícil o alcance de altas taxas de expansão pelas economias agrícolas regionais já consolidadas, como a do Paraná.

TABELA 2 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA - UNIDADES DA FEDERAÇÃO E BRASIL - 2009-2010

UF	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (R\$)		VARIACÃO REAL (%)
	2009	2010	
São Paulo	25 847 911 957	25 144 180 057	-2,7
Paraná	17 541 860 099	20 588 321 347	17,4
Mato Grosso	20 053 292 695	18 775 371 697	-6,4
Rio Grande do Sul	16 799 558 078	16 026 767 552	-4,6
Minas Gerais	13 881 283 647	14 882 294 551	7,2
Goiás	12 006 137 766	12 010 380 097	0,0
Bahia	9 946 199 255	10 301 025 314	3,6
Mato Grosso do Sul	4 033 037 176	4 378 417 576	8,6
Outras UFs	36 810 420 615	38 449 857 593	4,5
BRASIL	156 919 701 288	160 556 615 784	2,3

FONTE: MAPA

NOTA: Valores constantes de março de 2010. Índice utilizado: IGP-DI da FGV.

AGROINDÚSTRIA

Frangos Pioneiro investe R\$ 35 milhões

Estabelecido no município de Joaquim Távora, região do Norte Pioneiro, o Grupo Frangos Pioneiro alocou R\$ 35 milhões na expansão de sua estrutura de abate de aves. Certificada pelo Ministério da Agricultura, a empresa tem planos de exportar em um futuro próximo.

VALÉRIO, Marisa. Exportador. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 mar. 2010. Economia, p.8.

Batavo investe no beneficiamento de leite

A Batavo Cooperativa Agroindustrial implantará uma unidade de beneficiamento de leite no município de Ponta Grossa, na região Centro-Oriental paranaense. A expectativa é de que o complexo comece a operar a partir do próximo ano, com o beneficiamento de leite para atender grandes consumidores. Nessa primeira etapa do projeto, estima-se que sejam investidos R\$ 35 milhões.

A cooperativa planeja investir, até 2014, mais R\$ 25 milhões para beneficiar leite para o varejo e produzir subprodutos, como creme de leite e leite em pó. Quando a segunda etapa de implantação estiver concluída, a unidade ocupará área de 66 hectares e será capaz de beneficiar 700 mil litros de leite diariamente.

COOPERATIVA Batavo. **Valor Econômico**, São Paulo, 6 abr. 2010. Empresas, p.B12.

ROCHE, José. Batavo de volta às origens. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 abr. 2010. Caminhos do Campo, p.19.

Cofercatu vende usina em Florestópolis

A Cofercatu Cooperativa Agroindustrial, sediada em Porecatu, vendeu por R\$ 182 milhões sua usina de beneficiamento de cana-de-açúcar localizada em Florestópolis. Os dois municípios estão localizados na região Norte Central do Paraná. O complexo foi adquirido pelo Grupo Alto Alegre, que controla duas usinas na mesma região do Estado, nos municípios de Colorado e Santo Inácio.

Na última safra, a usina de Florestópolis processou mais de 1 milhão de toneladas de cana-de-açúcar.

MIGUEL, Helio. Cofercatu vende usina de cana para o grupo Alto Alegre. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 7 abr. 2010. p.10.

COMÉRCIO

Havan expande sua rede de lojas

A rede varejista Havan investiu R\$ 10 milhões na construção de sua sétima loja no Paraná. Localizado no município de São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba), o estabelecimento conta com 4 mil metros quadrados de área construída.

HAVAN constrói filial em SJP. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 mar. 2010. Economia, p.6.

MAIS investimento. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 23 abr. 2010. p.11.

* Elaborado com informações disponíveis entre 1.º/03/2010 e 30/04/2010.

** Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

INDÚSTRIA

JTEKT inaugura nova fábrica

A indústria de sistemas de direção automotivos JTEKT construiu em São José dos Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba (RMC), planta com capacidade de produção 60% superior à da antiga fábrica, localizada em Piraquara, também na RMC. A empresa, de capital japonês, alocou R\$ 90 milhões nas novas instalações e planeja investir mais R\$ 40 milhões ao longo de 2010.

A JTEKT produziu 660 mil sistemas de direção em 2009 e estima montar entre 850 e 900 mil unidades este ano. A companhia fornece equipamento para montadoras de automóveis do Brasil e de outros países da América Latina.

JASPER, Fernando. Espaço de sobra para crescer. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 4 abr. 2010. Economia, p.18.

JTEKT inaugura nova fábrica. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 25 mar. 2010. p.11.

Intelbras implanta nova linha de computadores

A Intelbras investirá R\$ 20 milhões na implantação, nos próximos três anos, de uma linha de computadores voltados para o mercado cooperativo. Os novos modelos serão montados na fábrica de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. Atualmente, a planta monta entre 300 e 400 mil computadores por ano.

PITTHAN, Júlia. PCs ganham reforço na estratégia da Intelbras. **Valor Econômico**, São Paulo, 20 abr. 2010. Empresas, p.B2.

Computadores Leadership instala-se em Quatro Barras

A Leadership construiu fábrica no município de Quatro Barras, na Região Metropolitana de Curitiba, capaz de montar 60 mil computadores mensalmente. Estima-se que R\$ 4 milhões foram investidos na estrutura. A empresa estabeleceu convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Paraná (Senai-PR) e com a prefeitura local para formar mão de obra especializada.

A companhia atua há 18 anos como distribuidora de equipamentos de informática e desde 2008 como fabricante, quando instalou uma unidade de montagem em Ilhéus (BA).

LIMA, Marli. Leadership inaugura segunda fábrica em dois anos. **Valor Econômico**, São Paulo, 29 abr. 2010. Empresas, p.B2.

NOVA fábrica de computador. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 25 abr. 2010. p.15.

PARANÁ ganha fabricante de PCs. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 abr. 2010. p.18.

Brasil Robótica é fechada

Inaugurada no município de Siqueira Campos (Norte Pioneiro), no segundo semestre do ano passado, a indústria Brasil Robótica encerrou suas atividades sem ter produzido uma máquina. A planta produziria equipamentos destinados, preponderantemente, à indústria automobilística. Entraves contratuais com potenciais clientes provocaram a desativação da fábrica.

MARTINS, Marco. Indústria de robôs fecha sem produzir. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 abr. 2010. p.19.

SERVIÇOS

Wipro investe US\$ 2 milhões em Curitiba

Prestadora de serviços na área de tecnologia da informação e engenharia industrial, a Wipro Technologies investiu US\$ 2 milhões na expansão de sua estrutura em Curitiba. A multinacional indiana está instalada na cidade desde 2008.

A unidade curitibana atenderá clientes da América Latina, Estados Unidos e Canadá.

MIGUEL, Helio. Investimento indiano em Curitiba. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 25 mar. 2010. p.9.

NASCIMENTO, Alexandre C. Curitiba recebe centro global de TI. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 mar. 2010. p.17.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2010

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008	6 496	16 089	2 477	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519
2009 ¹⁾	3 091	7 362	2 382	43 749	167 349	3 825	26 438	547 681	20 716
2010 ⁽¹⁾	149	336	2 285	40 650	169 394	4 167	28 817	700 840	24 320

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008	96 804	157 882	1 631	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110
2009	85 315	87 655	1 027	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782
2010 ⁽¹⁾	82 593	125 438	1 519	644 004	55 210 481	85 730	44 000	160 150	3 640

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2010

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	435 201	554 670	1 275	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006	589 741	819 094	1 389	169 705	3 789 166	22 328	2 507 903	11 697 442	4 664
2007	545 239	769 399	1 411	173 235	3 762 445	21 719	2 730 179	13 835 369	5 068
2008	508 273	776 971	1 529	149 350	3 449 726	23 098	2 969 632	15 414 362	5 191
2009	643 288	787 180	1 224	175 709	4 200 910	23 908	2 783 036	11 159 845	4 010
2010 ⁽¹⁾	515 966	810 037	1 570	189 227	4 327 052	23 158	2 236 342	12 657 728	5 660

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	539	1 118	2 074	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	447	1 221	2 732	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007	394	1 072	2 721	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270
2008	447	1 023	2 289	3 967 764	11 764 466	2 965	1 153 251	3 216 590	2 789
2009	418	994	2 378	4 077 142	9 410 791	2 308	1 308 782	2 482 647	1 916
2010 ⁽¹⁾	369	840	2 276	4 489 799	14 120 810	3 145	1 102 287	2 942 853	2 670

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS - PARANÁ - 1997-2009

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Agosto	204 680	19 574	37 427
1998	854 517	236 358	193 435	Setembro	214 748	23 352	38 650
1999	957 237	198 873	229 466	Outubro	226 221	27 203	40 560
2000	1 041 412	181 113	235 315	Novembro	210 898	22 824	36 199
2001	1 121 828	197 985	263 451	Dezembro	197 247	28 057	39 768
2002	1 235 681	219 350	333 951	2009 ⁽¹⁾	2 492 086	282 214	509 156
2003	1 344 398	219 774	359 139	Janeiro	195 787	21 742	39 155
2004	1 557 747	276 808	340 568	Fevereiro	186 249	15 748	38 572
2005	1 788 481	308 947	367 765	Março	207 585	19 118	39 479
2006	1 856 061	316 897	390 394	Abril	204 305	24 370	42 527
2007	2 057 318	295 010	437 152	Maior	206 920	23 778	43 028
2008	2 480 908	279 609	454 340	Junho	209 215	22 801	41 702
Janeiro	209 736	23 875	36 983	Julho	220 968	22 671	55 673
Fevereiro	186 985	21 375	33 944	Agosto	211 633	22 547	43 046
Março	195 757	20 218	34 780	Setembro	219 559	25 684	43 199
Abril	201 869	24 939	37 634	Outubro	217 893	28 159	42 903
Maior	202 366	26 619	38 286	Novembro	207 014	24 097	39 201
Junho	202 923	23 431	39 267	Dezembro	204 960	31 497	40 660
Julho	227 475	18 142	40 843				

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2010

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	Semimanufaturados		Manufaturados		US\$ mil FOB	Part. (%)	
			US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 659
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 162
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 211
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 081
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 853
2004	3 908 974	41,56	969 099	10,30	4 437 090	47,18	89 862	0,96	9 405 026
2005	3 297 780	32,87	993 498	9,90	5 608 205	55,89	134 049	1,34	10 033 533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008 ⁽¹⁾	5 786 966	38,01	1 611 389	10,58	7 519 762	49,39	307 620	2,02	15 225 737
2009 ⁽¹⁾	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 961	42,06	213 335	1,90	11 222 828
Janeiro	280 167	37,52	129 165	17,30	327 767	43,90	9 563	1,28	746 662
Fevereiro	235 141	39,42	36 849	6,18	313 397	52,53	11 161	1,87	596 549
Março	408 013	47,68	62 630	7,32	372 229	43,50	12 825	1,50	855 697
Abril	652 127	58,14	99 882	8,90	355 074	31,65	14 619	1,30	1 121 702
Maior	620 907	55,64	111 861	10,02	366 837	32,88	16 238	1,46	1 115 843
Junho	814 261	61,28	129 102	9,72	364 985	27,47	20 344	1,53	1 328 693
Julho	454 671	43,89	139 423	13,46	421 161	40,65	20 753	2,00	1 036 008
Agosto	500 729	45,40	146 345	13,27	437 253	39,64	18 675	1,69	1 103 003
Setembro	316 843	34,85	151 804	16,70	416 467	45,81	24 085	2,65	909 199
Outubro	234 768	27,69	134 503	15,86	457 701	53,98	20 949	2,47	847 921
Novembro	225 114	29,32	79 912	10,41	441 934	57,55	20 953	2,73	767 913
Dezembro	242 387	30,54	82 927	10,45	445 154	56,09	23 170	2,92	793 638
2010 ⁽¹⁾	979 140	38,18	199 383	7,77	1 306 994	50,96	79 010	3,08	2 564 527
Janeiro	190 308	26,96	67 319	9,54	426 450	60,42	21 706	3,08	705 782
Fevereiro	236 525	33,41	58 929	8,32	389 202	54,97	23 351	3,30	708 008
Março	552 307	48,00	73 135	6,36	491 342	42,70	33 953	2,95	1 150 737

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2010

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	- 6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	- 1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	- 293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 244	62 813 151	33 662 093
2005	10 022 669	4 527 172	5 495 497	118 308 387	73 597 900	44 710 487
2006	10 001 941	5 977 953	4 023 988	137 469 700	91 383 878	46 085 822
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008 ⁽¹⁾	15 225 737	14 570 222	655 515	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009 ⁽¹⁾	11 222 828	9 620 703	1 602 125	152 994 743	127 672 264	25 322 479
Janeiro	746 662	579 843	166 819	9 781 920	10 311 476	- 529 556
Fevereiro	596 549	558 829	37 720	9 586 406	7 825 478	1 760 927
Março	855 697	670 462	185 235	11 809 225	10 052 631	1 756 594
Abril	1 121 702	602 943	518 759	12 321 617	8 626 934	3 694 683
Mai	1 115 843	678 428	437 416	11 984 585	9 358 569	2 626 016
Junho	1 328 693	750 769	577 924	14 467 785	9 863 379	4 604 406
Julho	1 036 008	958 912	77 097	14 141 930	11 229 304	2 912 626
Agosto	1 103 003	783 232	319 771	13 840 850	10 776 085	3 064 766
Setembro	909 199	1 074 267	- 165 068	13 863 222	12 549 862	1 313 360
Outubro	847 921	1 059 762	- 211 841	14 081 686	12 753 089	1 328 597
Novembro	767 913	1 021 428	- 253 515	12 652 892	12 039 774	613 118
Dezembro	793 638	881 828	- 88 190	14 462 624	12 285 683	2 176 941
2010 ⁽¹⁾	2 564 527	2 642 250	-77 723	39 229 803	38 337 455	892 348
Janeiro	705 782	908 114	-202 332	11 305 067	11 473 725	-168 658
Fevereiro	708 008	809 450	-101 442	12 197 237	11 804 574	392 663
Março	1 150 737	924 686	226 051	15 727 499	15 059 156	668 343

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2010

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)												
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Jan/09	Fev/09	Mar/09
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	101,62	84,92	87,15	89,11	88,15	85,46	82,77	96,66
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	103,67	109,97	117,21	121,70	127,08	120,57	111,93	120,26
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	102,85	108,97	116,19	120,43	125,80	119,31	110,69	118,99
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	108,34	106,77	112,28	117,36	116,62	109,25	80,45	93,23
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	146,38	159,09	178,86	196,48	197,13	198,41	153,95	177,40
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	100,00	106,49	117,25	124,58	131,60	149,78	184,80	156,00	150,76	170,51
Livros, jornais, revistas e papelaria	100,00	86,81	86,80	83,57	87,13	98,96	108,70	142,86	116,74	129,48
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	100,00	97,82	173,86	263,35	338,15	672,92	1071,68	838,04	913,84	956,62
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	100,00	114,68	130,80	151,90	165,88	195,21	216,31	194,41	169,26	190,58
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	110,20	113,42	121,49	130,03	136,79	129,67	115,74	128,31

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)											
	Abr/09	Mai/09	Jun/09	Jul/09	Ago/09	Set/09	Out/09	Nov/09	Dez/09	2010	Jan/10	Fev/10
Combustíveis e lubrificantes	85,48	96,59	86,23	88,63	89,19	84,53	89,23	83,85	89,20	81,80	82,66	80,93
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	131,32	123,93	116,62	123,90	135,72	121,27	131,76	125,14	162,48	128,39	133,69	123,09
Hipermercados e supermercados	130,10	122,51	115,30	122,62	134,56	119,88	130,50	123,95	161,20	127,20	132,66	121,73
Tecidos, vestuário e calçados	113,39	131,43	116,71	111,49	102,98	114,05	110,64	110,32	205,50	101,15	111,52	90,78
Móveis e eletrodomésticos	168,37	186,00	178,16	194,45	196,12	194,49	209,78	217,67	290,77	211,52	229,31	193,72
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	168,36	184,46	181,38	184,46	190,16	174,83	204,63	203,45	248,61	187,70	193,64	181,76
Livros, jornais, revistas e papelaria	102,67	111,89	95,64	106,45	109,93	111,87	68,18	58,79	149,84	167,90	177,03	158,76
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	914,96	913,03	1118,56	1148,33	1157,07	1241,36	1208,21	1137,00	1313,11	1209,67	1106,34	1312,99
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	202,61	234,20	200,74	194,16	196,12	191,04	226,26	217,05	379,24	196,08	212,15	180,00
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	133,14	136,96	128,19	133,78	139,81	131,85	141,49	137,19	185,35	137,04	143,54	130,53

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2010

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																	
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	123,8	134,3
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	116,1	112,8
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	120,2	122,0
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	95,7	94,1
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	114,1	133,2
Edição, impressão e reprodução de gravações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0	181,2	239,7
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	93,8	100,6
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	82,5	64,6
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	114,4	123,9
Minerais não-metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	95,1	120,3
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	107,8	114,3
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	147,8	161,2
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	138,0	132,7
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	222,1	275,0
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	101,6	93,3

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)															
	2009	Jan/09	Fev/09	Mar/09	Abr/09	Mai/09	Jun/09	Jul/09	Ago/09	Set/09	Out/09	Nov/09	Dez/09	2010	Jan/10	Fev/10
Indústria de transformação	131,6	114,9	120,7	136,1	129,8	125,4	114,8	138,7	137,2	130,4	151,5	139,4	140,1	125,2	126,8	123,6
Alimentos	107,8	74,0	84,5	110,8	120,7	123,3	119,1	116,8	124,0	107,7	107,7	108,5	96,5	83,1	79,0	87,2
Bebidas	126,2	128,2	115,6	130,6	118,4	106,9	84,8	96,6	113,2	121,5	154,7	158,0	185,7	123,9	119,7	128,1
Madeira	72,8	68,9	67,9	84,3	70,6	80,5	66,1	70,6	72,5	67,1	74,9	79,3	70,8	64,9	65,4	64,4
Celulose, papel e produtos de papel	132,2	127,9	127,5	131,7	118,6	111,6	119,8	148,3	141,3	142,8	142,7	134,5	139,5	135,9	144,5	127,2
Edição, impressão e reprodução de gravações	428,7	517,7	599,4	521,8	442,9	321,3	117,0	460,4	332,9	416,7	504,1	358,9	551,4	294,6	347,6	241,5
Refino de petróleo e álcool	100,1	82,4	81,7	96,8	102,7	108,5	106,0	107,7	109,5	99,7	107,1	97,3	101,9	88,8	92,0	85,6
Outros produtos químicos	77,8	72,4	79,1	75,4	65,4	55,6	67,3	110,1	105,7	92,7	96,6	56,7	56,7	80,0	85,4	74,6
Borracha e plástico	122,8	120,1	108,4	117,3	113,1	109,4	119,8	122,6	129,3	130,3	139,1	136,0	128,6	128,1	130,8	125,4
Minerais não-metálicos	123,9	111,2	108,8	124,5	123,4	126,4	124,7	132,1	129,0	128,9	127,3	130,8	119,7	111,9	110,3	113,5
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	99,2	97,4	82,3	88,4	91,8	90,8	95,1	110,9	99,9	106,8	113,6	110,2	103,0	104,9	105,7	104,0
Máquinas e equipamentos	143,3	129,5	111,7	125,5	122,2	124,0	125,3	146,9	149,5	163,2	174,8	177,3	170,2	166,5	154,1	178,8
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	118,6	109,9	98,4	128,0	111,3	100,1	95,0	115,4	117,8	122,1	149,6	156,4	119,0	107,1	114,3	99,8
Veículos automotores	200,1	132,9	156,9	217,7	194,1	198,5	191,7	186,4	211,0	152,5	278,1	260,2	220,6	257,4	254,3	260,4
Mobiliário	84,9	62,5	63,3	71,8	70,1	75,6	77,1	91,8	98,0	89,4	108,3	105,1	105,4	91,7	90,1	93,2

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2002-2010b

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)											
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Jan/09	Fev/09	Mar/09	Abr/09
Indústria geral	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	109,0	110,1	103,0	104,5	103,5	103,6	102,4
Indústrias extrativas	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	76,6	75,7	73,0	76,3	70,9	70,2	78,9
Indústria de transformação	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	109,4	110,6	103,4	104,9	103,9	104,1	102,7
Alimentos e bebidas	112,9	124,0	130,2	145,7	148,6	156,6	161,1	157,3	156,4	155,4	155,5	154,4
Fumo	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	203,6	146,7	166,2	170,8	277,9	289,5	276,2
Têxtil	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	90,6	84,6	77,5	77,3	76,8	76,4	76,4
Vestuário	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	127,1	114,2	97,2	96,6	97,8	101,9	94,5
Calçados e couro	94,2	84,9	77,5	87,4	100,3	104,4	100,2	91,5	83,7	84,0	87,5	87,2
Madeira	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	49,9	45,5	36,1	38,3	37,4	37,7	37,0
Papel e gráfica	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	127,5	125,0	123,3	124,2	120,6	119,7	120,4
Refino de petróleo e combustíveis	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	231,6	258,8	270,8	235,9	226,8	239,6	265,6
Produtos químicos	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	107,9	104,6	92,9	87,9	87,7	88,1	89,0
Borracha e plástico	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	94,7	92,2	83,8	90,5	88,4	87,5	86,7
Minerais não-metálicos	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	129,7	134,7	130,2	134,0	130,2	132,5	132,1
Metalurgia básica	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	68,0	72,2	71,1	72,1	73,4	72,0	70,6
Produtos de metal ⁽¹⁾	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	96,0	103,7	103,7	107,3	108,3	105,6	103,8
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	134,1	161,5	151,0	152,8	151,2	150,6	146,2
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,0	105,1	103,2	108,6	106,8	102,3	101,5
Fabricação de meios de transporte	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	142,1	150,6	141,5	143,9	143,2	141,3	142,0
Fabricação de outros produtos	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	66,2	64,7	58,4	64,5	63,1	62,2	61,4

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)											
	Maio/09	Jun/09	Jul/09	Ago/09	Set/09	Out/09	Nov/09	Dez/09	2010	Jan/10	Fev/10	
Indústria geral	102,7	102,4	102,9	102,9	102,9	103,6	103,0	101,6	101,7	101,6	101,8	
Indústrias extrativas	78,2	72,9	72,4	72,3	71,8	69,6	69,1	73,3	71,6	71,8	71,4	
Indústria de transformação	103,1	102,8	103,3	103,3	103,3	104,1	103,4	102,0	102,1	102,0	102,2	
Alimentos e bebidas	155,9	158,1	161,0	159,3	159,0	159,9	157,8	155,0	149,3	149,9	148,7	
Fumo	180,7	174,5	102,1	102,6	99,9	103,1	108,0	109,3	230,1	170,8	289,3	
Têxtil	78,1	78,5	77,9	77,2	77,2	78,1	78,2	78,3	80,7	81,1	80,3	
Vestuário	94,9	95,2	97,2	97,9	98,2	99,5	98,7	94,3	96,5	95,8	97,1	
Calçados e couro	87,6	90,7	91,7	94,7	96,7	98,3	98,6	97,3	94,3	98,1	90,5	
Madeira	36,9	36,4	36,2	35,6	35,2	34,2	34,1	33,7	33,4	33,5	33,2	
Papel e gráfica	120,6	123,2	124,0	125,9	125,4	125,4	124,8	125,0	126,1	125,7	126,4	
Refino de petróleo e combustíveis	285,1	292,1	293,0	295,5	294,1	290,4	286,4	245,2	234,0	235,0	233,0	
Produtos químicos	89,5	90,6	97,8	94,6	97,5	98,7	96,4	96,4	97,3	97,6	97,0	
Borracha e plástico	85,6	80,7	80,4	82,5	82,1	82,3	79,7	79,7	80,1	79,8	80,3	
Minerais não-metálicos	130,5	133,6	132,9	131,0	126,0	126,4	126,8	125,8	127,7	126,2	129,1	
Metalurgia básica	70,3	69,8	69,9	69,7	69,8	70,4	72,4	73,0	75,5	74,7	76,3	
Produtos de metal ⁽¹⁾	103,7	102,4	100,2	101,1	103,2	104,5	102,8	101,6	104,0	103,9	104,0	
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	146,7	146,3	146,2	145,3	148,5	155,0	159,8	163,2	164,7	163,7	165,6	
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	102,1	100,1	100,6	100,3	101,3	103,9	106,3	104,7	105,9	104,5	107,2	
Fabricação de meios de transporte	142,2	139,6	138,6	140,1	142,5	142,5	141,4	140,8	142,9	142,9	142,8	
Fabricação de outros produtos	60,5	57,0	56,6	56,8	54,0	55,1	54,4	54,7	57,0	56,7	57,2	

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2010

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
Janeiro	-638	1 631	-912	2 456	-945	-	1 592
Fevereiro	-1 883	55	-109	5 994	-1 563	-	2 494
Março	2 958	428	1 191	3 261	3 004	-	10 842
Abril	2 504	-104	333	4 848	356	-	7 937
Mai	2 255	2 978	1 651	3 135	1 663	-	11 682
Junho	-109	31	2 179	2 661	1 202	-	5 964
Julho	2 855	1 206	1 956	1 048	-143	-	6 922
Agosto	3 880	2 025	3 116	5 676	-260	-	14 437
Setembro	6 672	1 274	3 536	2 673	-415	-	13 740
Outubro	4 931	1 323	4 742	2 456	-25	-	13 427
Novembro	3 764	1 040	6 852	4 607	-232	-	16 031
Dezembro	-14 196	-3 616	-1 780	-9 369	-7 023	-	-35 984
2010	17 419	8 332	4 160	19 512	1 395	-	50 818
Janeiro	5 236	3 416	234	4 881	144	-	13 911
Fevereiro	4 477	1 733	891	7 470	-861	-	13 710
Março	7 706	3 183	3 035	7 161	2 112	-	23 197

FONTE: CAGED – MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2009

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	...
2003	109 459	4,47	1 699 948	1,15
2004	122 434	5,02	1 941 498	5,71
2005	126 677	-0,01	2 147 239	3,16
2006	136 615	2,01	2 369 484	3,97
2007	161 582	6,76	2 661 345	6,09
2008 ⁽³⁾	184 002	6,00	3 004 881	5,14
2009 ⁽³⁾	-	-0,50	3 143 015	-0,19

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativa do IparDES para o Paraná.